

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 2 agosto 1981

*A formação dos
profissionais de arquivo
Construção de prédios
de arquivo*



s. 70369 Clas. PER
quivo & Administração
n.2
o/ago.1981



Prédios a serem demolidos para o
alargamento da Rua Uruguaiana.
Foto Augusto Malta, 11 abr. 1907.



Na noite de 27 de maio de 1981, recebemos oficialmente, numa cerimônia repleta de carinho e emoção, o encargo de dirigir os destinos da AAB ao longo do biênio 1981-83. Foi com grande alegria que ouvimos as palavras da arquivista Regina Alves Vieira, em seu discurso de despedida, e recebemos as manifestações de apoio dos colegas que lá compareceram, em especial do prof. José Pedro Esposel que presidiu a solenidade.

Diante das várias manifestações recebidas, não apenas de companheiros da área arquivística, mas também de profissionais de diversos campos afins, e de personalidades de diferentes níveis da administração pública e privada, cumpre-nos expressar nossa confiança em que não estaremos sozinhos nesta missão.

A AAB, este ano, comemora 10 anos de sua fundação. É tempo de amadurecer e solidificar todas as vitórias até aqui alcançadas. Nesse sentido estamos preparando uma programação condigna para as comemorações desta 1.^a década de realizações. Trata-se de comemorar, não apenas o Dia do Arquivista, mas uma Semana do Arquivista, onde teremos a oportunidade de realizar um ciclo de palestras e debates sobre as grandes questões da Arquivologia contemporânea o qual deverá se constituir numa prévia do 5.^o Congresso Brasileiro de Arquivologia. Para marcar a data, os alunos do Curso de Artes e Comunicação Visual, da Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação do prof. Carlos Duarte, elaboraram um cartaz alusivo ao evento. Estamos organizando também um leilão de obras de arte, cuja realização terá como objetivo o levantamento de recursos para a aquisição de uma sede própria para a nossa Associação. Vários artistas plásticos de renome já nos enviaram trabalhos, acorrendo à primeira solicitação, sensibilizados pela nossa causa em defesa da Arquivística no Brasil e, conseqüentemente, da preservação da memória social da nação.

Acreditamos que as atividades do 10.^o aniversário deverão dar ensejo à ampliação da AAB, com a inclusão de novos sócios em seu quadro, além de desencadear um processo de maior intercomunicação, já que pretendemos enfatizar as atividades culturais e sociais da nossa entidade.

Esse tempo de festividades deverá ser também momento de luta no sentido de ativar a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, passo fundamental para a profissionalização do arquivista brasileiro.

Lia Temporal Malcher

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de España Santos
Maria Luiza S. Dannemann
Marilena Leite Paes

Redatora-Chefe

Maria Amélia Gomes Leite

Secretária

Maria Odila Kahl Fonseca

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linolivre S/C Composições Gráficas

Impressão

Portinho Cavalcanti Editora Ltda.

Editorial 1**Estudos**

A Formação dos Profissionais
de Arquivo 3
A Memória Atual: Instrumento
de Ação Social 5
Pequeno Ensaio sobre as
Possibilidades de Aplicação
do Planejamento Estratégico à
Administração Pública Brasileira 9
Resenha Bibliográfica
Construção de Prédios de Arquivos:
Bibliografia 12
Entrevista 14
Informe 18
Desburocratização
A Burocracia e o Ombudsman 34
Desconcentrar, Descentralizar
e Desburocratizar 35
Os Caminhos da Desburocratização 36
Várias
Coisa de Gente Ignorante? 39
Catalogada e Abandonada Memória
de uma Cidade 40
Nas Moedas, a História do Homem 42
O CIA e o Arquivista 44
Religião, Arte e História
na Cidade-Monumento 46
Crônica
Patrimônio Órfão 48

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS****Diretoria 1981-83****Presidente:**

Lia Temporal Malcher

Vice-Presidente:

Afonso Carlos Marques
dos Santos

1º Secretário:

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário:

Jaime Antunes da Silva

1º Tesoureiro:

Junia Gomes da Costa
Guimarães e Silva

2º Tesoureiro:

Lúcia Maria de Oliveira

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
Janine Resnikoff Diamante
Maria Luiza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões
Paulo de Tarso R. D. Paes Leme

Conselho Fiscal

Fernando Salinas
Maria de Lourdes da Costa
e Souza
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira
de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para**Arquivo & Administração**

Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Esta publicação está sendo
subvencionada pelo Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico — CNPq.

Preços de assinaturas

Sócios da AAB distribuição gratuita

Não-Sócios Cr\$ 200,00

Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 80,00

Distribuição: AAB

Deseamos permuta

Nous désirons échange

We are interest in exchange

R. 70369

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 2	p. 1-48	maio/ago. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

de. Seu tombamento e registro foram feitos no MHN. Esse admirável conjunto, que Antônio Pedro de Andrade soube reunir com extrema sensibilidade e paciência, é constituído de peças de valor inestimável, começando com os morabitanos de ouro, os dinheiros e medallas de prata do início da monarquia portuguesa. Não menos valiosas são as moedas coloniais cunhadas na Índia, Goa, Damão, Diu, Baçaim...

Moedas Brasileiras em Ouro e Prata

O ponto alto dessa coleção são as moedas "lusobrasileiras", produto das casas de moeda do Rio de Janeiro, da Bahia e de Minas Gerais, no período áureo da mineração. Essas moedas, do sistema forte português, eram feitas para a circulação na Metrópole. Os belíssimos dobrões e escudos de ouro demonstram o grau de perfeição que haviam atingido, naquela época, os trabalhos nas nossas casas de moeda.

A coleção brasileira atinge no MHN mais de 10.500 espécimes monetários com variantes de cunho de extrema raridade. Destacam-se como doadores o dr. Guilherme Guinle e o comendador Antônio Pedro de Andrade. Entre as aquisições importantes figuram a coleção de moedas do dr. Pedro Massena, as coleções de moeda e de papel-moeda do sr. Augusto de Souza Lobo. Ainda na Biblioteca Nacional, foi incorporada ao acervo numismático a coleção de moedas do Museu Nacional que pertencera à Família Imperial. Posteriormente, já no MHN foram também incorporadas as coleções do Arquivo Nacional, do Museu Naval e de outros importantes órgãos.

Esse acervo respeitável por sua grandeza numérica e como conjunto dos mais completos do País, constitui a mais importante coleção do MHN. Aos florins de ouro e soldos de prata cunhados pelos holandeses em Pernambuco somam-se as moedas portuguesas e es-

panholas que constituíram aqui o numerário em circulação até a fundação, na Bahia, em 1694, da primeira casa da moeda do Brasil.

Iniciando a cunhagem da série provincial brasileira em 1695, essa casa, por circunstâncias especiais, deslocou-se, em 1698, para o Rio de Janeiro e, em 1700, para Pernambuco, com a mesma finalidade de transformar os espécimes antigos em circulação em moedas do novo sistema.

As primeiras moedas brasileiras, em ouro e prata, tiveram seus cunhos preparados por gravadores pouco experientes, exigindo um estudo minucioso para verificação das variantes e do grau de raridade. A descoberta do ouro em regiões próximas ao Rio de Janeiro muda o eixo de interesse da política colonial e, em 1703, a Casa da Moeda retorna ao Rio em caráter definitivo para transformar o ouro das "Gerais" em moedas da metrópole. Em troca o Brasil recebia moedas de cobre cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa com a curiosa legenda "O cobre para o uso é superior ao ouro".

O Ouro do Brasil Fortalece Portugal

O ouro do Brasil pesou na balança internacional, deu projeção a Portugal, que com ele estabeleceu negociações no mercado europeu, e obteve honrarias do Vaticano. A série provincial compreende toda moeda emitida até 1822, seja no Brasil ou em Portugal, para a circulação exclusiva da colônia. A "peça da coroação", primeiro cunho do Brasil Independente, é considerada a moeda mais valiosa da numismática brasileira. Contudo seu tipo e legenda não agradaram a D. Pedro I, sendo amoedados poucos exemplares distribuídos na solenidade da coroação e sagração do nosso primeiro imperador.

Com D. Pedro II, ainda no período regencial, dá-se em 1853 a criação do sistema monetário brasileiro. Deste lon-

go reinado destacam-se as moedas de ouro que registram a evolução do retrato do nosso segundo imperador. O buril do gravador Azevedo delineou sua cabeça infantil, que, ao atingir a maioridade, é substituída pelo busto fardado de almirante. Já na maturidade as moedas apresentam a figura do imperador ostentando o manto de papo-de-tucano e, posteriormente, apenas seu perfil em idade mais avançada.

No período republicano alteram-se os símbolos e legendas da moeda, dando lugar à cabeça da Liberdade com o barrete frígio e as armas da República.

São cunhadas a partir de 1900 algumas séries comemorativas:

- 4.º centenário do Descobrimento do Brasil
- 1.º centenário da Independência
- 4.º centenário da Fundação de São Vicente
- E outras que lembram brasileiros ilustres.

Em 1942, o governo brasileiro instituiu nova unidade monetária — o cruzeiro — em substituição ao antigo mil réis. A excelente coleção do MHN tem sido objeto de consulta, despertando interesse nacional e internacional, principalmente em relação a peças consideradas de alta raridade. Os técnicos que a ela se dedicam desenvolvem pesquisa permanente visando a elaboração de catálogos e monografias.

Uma biblioteca de obras especializadas, oriunda da Biblioteca Nacional, está localizada na Seção de Numismática. Nela figuram títulos raros, editados em latim e edições em francês, inglês, italiano, holandês, alemão, espanhol, japonês, etc.

Os numismatas estudam, pesquisam, classificam as moedas, o dinheiro, por que todos lutam, mas que na verdade para a sociedade de consumo nada mais significa do que simples peça de metal com poder aquisitivo. Poucos sabem que a moeda é um documento de alta significação, o "mundo de perplexidade" de que nos fala Jean Babelon.

O CIA E O ARQUIVISTA*

José Manuel Mata Castillón**

Introdução

O Conselho Internacional de Arquivos é um organismo de características bastante especiais.

A coexistência de uma estrutura centralizada com órgãos regionais, que co-

brem toda a área geográfica do que se convencionou chamar de Terceiro Mundo, é uma dessas peculiaridades, a qual trouxe grande dinamismo ao Conselho na última década.

Outra característica importante é a existência de comitês especializados, que vêm proporcionando às diversas áreas de especialização da Arquivologia

padrões para estudos, intercâmbio de conhecimentos e iniciativas profissionais de importância transcendental.

Entretanto, arrisco-me a afirmar que sua peculiaridade mais notória, e que se encontra firmemente estabelecida em seus estatutos, não alcançou ainda pleno desenvolvimento. Refiro-me ao papel a ser desempenhado pelos membros

* Trabalho apresentado à Assembléia Geral do CIA Londres 16, 19 set 1980.

** Subdiretor-geral dos Arquivos da Espanha

da categoria D, os arquivistas, no âmbito do CIA, bem como à ajuda que a própria organização pode prestar a esses profissionais. É precisamente nesse campo, suponho, que o futuro poderá proporcionar maiores progressos à nossa organização.

O Arquivista nos Estatutos do CIA

O artigo 2.º dos Estatutos, onde são estabelecidos os objetivos, diz em sua alínea b: "estabelecer, manter e fortalecer as relações entre arquivistas de todos os países..." e, na alínea d, "favorecer, em todos os países, a formação profissional de arquivistas". Está, pois, claramente consignada a determinação do CIA de não circunscrever sua área de atuação exclusivamente aos órgãos administrativos, às associações de arquivistas ou aos membros institucionais.

É sua meta abrir perspectivas de colaboração, trabalho, relacionamento e promoção a qualquer profissional de arquivo, seja qual for a sua nacionalidade.

Os mesmos Estatutos refletem claramente essa determinação ao regulamentar tal categoria, nos termos do artigo 3.º, d: "qualquer profissional de arquivo, atual ou futuro, de uma instituição ou de um serviço de arquivos, qualquer que seja sua especialização, pode tornar-se membro do CIA, conforme procedimento estabelecido no artigo 5.º. Os membros individuais têm direito de exercer funções dentro do CIA, bem como de assistir às Assembléias Gerais. Em sua qualidade de membros individuais não têm, todavia, direito de voto, nem de deliberação.

Contudo, podem usar da palavra a convite do presidente em exercício e submeter à Assembléia Geral, por intermédio do secretário executivo, suas proposições ou comunicações apresentadas por escrito".

O texto não deixa dúvidas quanto ao direito de qualquer profissional de arquivo tornar-se membro, mas sua participação nas atividades e reuniões do Conselho é sumamente limitada.

Outra forma de integração dos arquivistas é, por via indireta, por meio de sua atuação na Seção de Associações Profissionais filiadas ao Conselho. O arquivista pode, por intermédio de sua associação profissional, influir nas decisões daquelas que têm direito a voto como membros da categoria B, ou ainda participar de projetos e atividades desenvolvidas pela Seção de Associações Profissionais.

Nos últimos anos esta Seção recebeu forte impulso e; entre outras iniciativas, apresentou aos órgãos de cúpula o importante projeto das Semanas Internacionais de Arquivos, que tanta repercussão obtiveram. Por esse motivo, o arquivista deve ter o maior interesse na promoção de sua associação profissional.

Apesar dos atrativos oferecidos pelos Estatutos, o fato é que, salvo em raras ocasiões, a falta de oportunidades para uma atuação direta e imediata, acaba por levar ao desânimo aqueles que pensaram obter êxito e realizações concretas por meio de sua filiação.

A Resposta dos Profissionais

Esta relativa falta de entusiasmo pode ser facilmente verificada pelo número de filiações na categoria D. Em 1953, contava com 104 membros e, em 1979, a cifra atingiu a casa dos 162, enquanto que, nas demais categorias, o número de associados multiplicou-se, em igual período de tempo.

Devemos ainda levar em conta que, mais da metade dos membros individuais, 85 deles, estão radicados no Canadá e nos Estados Unidos.

Assim sendo, creio que se pode afirmar, com base nas estatísticas, que o grande potencial previsto nos Estatutos, com a possível incorporação de arquivistas, não vem, sendo utilizado.

Seria, pois, importante fazer algumas considerações sobre as causas desse evidente desinteresse, bem como estudar soluções para modificar a situação.

É sabido que o Conselho Internacional de Arquivos mantém contato direto com arquivistas de vários países, que constituem estrutura humana de apoio para diversas atividades e que colaboram, na qualidade de especialistas, muitas vezes financiados por seus países de origem.

Esta participação individual, extremamente valiosa, está, entretanto, muito aquém da posição em que os Estatutos definem o arquivista como membro da categoria D.

Estes colaboradores, especialistas habituais, em geral são colocados à disposição do CIA pelos arquivos de seus respectivos países e não como membros individuais.

É provável que o maior entrave à filiação individual seja a dificuldade de se obter respostas para duas questões: Qual pode ser a real contribuição do CIA para solucionar os problemas concretos de cada arquivista? E quais são as possibilidades de uma autêntica ação internacional a nível individual?

Algumas Dúvidas dos Membros da Categoria D

Em princípio, qualquer arquivista deveria se sentir atraído pela possibilidade de filiar-se, pessoalmente, a um organismo profissional de âmbito internacional. As dúvidas se apresentam quando se passa à análise concreta das vantagens oferecidas.

Ao arquivista interessado em aprofundar seus conhecimentos em algum aspecto de sua profissão deveria parecer atraente a oportunidade de testar sua experiência a nível internacional.

Ocorre, porém, que, para isto, existem os comitês especializados, induzindo-os a tentarem participar por intermédio dos arquivos de seus próprios países.

Em muitos casos o arquivista iria buscar no CIA os meios para, através de uma ação comum, favorecer o profissional e valorizar a profissão em seu país. Nesse sentido, entretanto, se organizam comissões, seminários ou reuniões especiais, às quais podem comparecer por indicação da correspondente administração de arquivos.

Eles buscariam junto ao CIA apoio para a defesa de sua situação profissional, para o reconhecimento de sua especialização ou ainda para o seu próprio aperfeiçoamento mediante participação em cursos.

A filiação direta, entretanto, não se faz necessária para atingir tais objetivos. Estes podem ser alcançados por intermédio da Seção de Associações Profissionais, de sua participação em escolas de arquivistas ou em seminários de caráter internacional.

Poder-se-ia também acreditar que os simples contatos informais entre profissionais de diferentes países, fora das seções e comitês, seriam de suma utilidade.

O problema, entretanto, está em como estabelecer esse tipo de contato e, sobretudo, como financiá-lo. A resposta a essas indagações, logicamente, deve partir do próprio Conselho.

Não se pode negar o notável progresso obtido pelo CIA no que diz respeito a sua organização institucional nos últimos anos. Mas, paralelamente, somos obrigados a reconhecer que, quanto aos membros da categoria D, tais progressos deixam muito a desejar.

Possíveis Aperfeiçoamentos

Este trabalho não tem a pretensão de chegar a conclusões concretas, que, em última análise, devem partir do próprio Conselho e, neste caso, da Assembléia

Geral. Não obstante, sempre será de alguma utilidade examinar questões das quais se possa obter algumas soluções para o difícil problema.

Em primeiro lugar, seria bom não reduzir a participação dos membros individuais às Assembléias Gerais. É óbvio que, aos problemas institucionais viriam juntar-se os financeiros, caso se pretendesse uma participação maciça dos sócios individuais em todas as reuniões realizadas pelos diversos órgãos.

Seria da maior importância, porém, que o próprio arquivista pudesse obter, diretamente, informações mais detalhadas sobre a atuação e os projetos desses órgãos, e não apenas por intermédio do *Boletim* e de outras publicações.

Também seria oportuno que os membros da categoria D fossem regularmente convidados a participar, com plenos direitos, ainda que sem voz ou voto, das reuniões dos diversos órgãos, pelo menos quando essas reuniões se realizarem em seus próprios países (salvo do Comitê Executivo e o de Desenvolvimento), e que possam, pelo menos, fazer-se representar.

Um dos maiores benefícios que o CIA pode proporcionar aos seus membros

consiste em facilitar-lhes o acesso aos serviços de informação, os quais, felizmente, já se encontram em estágio bastante avançado. Seria conveniente que aos da categoria D fosse dispensado tratamento especial quanto à utilização desses serviços.

Outra maneira de beneficiar essa categoria seria solicitar regularmente sua opinião sobre programas e projetos pertinentes à sua área de especialização.

Entretanto, para levar a bom termo tal esforço seria necessário reforçar a Secretaria do CIA, criando-se um órgão especial de ligação para esses membros.

A primeira tarefa desse órgão seria tentar captar um maior número de sócios, oferecendo, para isso, plano concreto para aumentar sua participação.

Também não se deve esquecer, embora seja uma maneira indireta de proporcionar maior participação, a importância de se reforçar o papel da Seção de Associações Profissionais.

Conclusões

Até o momento, o desenvolvimento institucional atingiu níveis bastante ele-

vados. Foram alcançadas quase todas as metas estatutárias. Resta agora perguntar se as referências contidas nos Estatutos sobre a participação dos arquivistas servirão de base para impulsionar essa categoria que, até o momento, não obteve um grau mínimo necessário de desenvolvimento. Se assim for, a iniciativa, logicamente, deve partir do próprio Conselho, que formulará uma clara proposta de participação e de apoio para que possam obter independência profissional.

É necessário definir, de maneira precisa, qual a melhor área em que pode ser desenvolvida a atividade dos arquivistas dentro do Conselho, e apresentá-la com o objetivo de obter maior adesão de novos membros e uma melhor organização dos filiados a essa categoria.

A importância do desempenho institucional do Conselho, nesse campo, cresce na medida em que os governos de muitos países não possuem condições de proporcionar aos arquivistas o apoio necessário, uma vez que o próprio desenvolvimento da Arquivologia nesses países não atingiu ainda os níveis desejados.

RELIGIÃO, ARTE E HISTÓRIA NA CIDADE-MONUMENTO*

Ouro Preto guarda até hoje, quase intacto, o seu aspecto colonial. A cidade ficou, para sempre, marcada pelos acontecimentos que nela se desenrolaram. Algo de indefinido paira no ar, como se cada casa, cada beco, cada muro com sua vegetação de musgo e avencas falasse do sangue derramado de Tiradentes e do desgraçado amor de Marília de Dirceu. À noite, quando tudo é silêncio e a neblina envolve Ouro Preto numa atmosfera de irrealidade e sonho, tem-se a impressão de que os espectros da Inconfidência andam pelos seus becos.

Cidade Monumento Mundial, maior conjunto homogêneo da arquitetura barroca no Brasil, Ouro Preto foi capital de Minas de 1721 a 1897. No século XVIII, o ouro, a religião e a arte criaram uma das culturas mais sofisticadas da época, patrocinada pelas irmandades. Mas, um dia, a produção de ouro entrou em decadência e Vila Rica foi, ironicamente, chamada de vila pobre. E um decreto mudou-lhe o nome para Ouro Preto, em 1823.

A cidade, no entanto, mantém vivo um estilo, ponto de referência do Ciclo do Ouro e sua mais perfeita expressão. Cenário da Inconfidência Mineira e do heroísmo de Tiradentes, a cidade é hoje alegre e viva, com suas festas populares, pintores, seresteiros, seu folclore e artesanato, seus grandes encontros de artistas de todo o Brasil.

Localização

Ouro Preto fica na Serra do Espinhaço, na zona metalúrgica ou no chamado "Quadrilátero ferrífero", uma das mais importantes áreas de exploração do minério de ferro do mundo.

O clima é de montanha, pois a cidade está a uma altitude de 1.071 metros. O ponto mais alto é o famoso Pico do Itacolomi, com 1.752 metros.

No topo de uma montanha eleva-se uma pedra enorme e, logo abaixo, outra menor. É o Itacolomi, que serviu como ponto de referência para o reencontro do sítio onde Duarte Lopes descobriu o ouro que foi levado ao governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, tendo-se verificado que se tratava de ouro finíssimo, ouro preto.

Ouro Preto está a 98 quilômetros de Belo Horizonte, seguindo-se a BR-040. Aproximadamente no Km 35, pega-se o desvio da BR-356 (Rodovia dos Inconfidentes). Rodando mais 65 quilômetros por estrada asfaltada, chega-se logo a Ouro Preto. Partindo do Rio de Janeiro, são 485 quilômetros, sete horas de viagem, aproximadamente.

O turista vai passar por Juiz de Fora, Barbacena, e na BR-040 segue em frente na direção de Belo Horizonte. Na altura do Km 420, há um trevo à direita com placa indicativa da Rodovia dos Inconfidentes; mais 65 quilômetros e chega-se à cidade.

A poucos quilômetros de Ouro Preto, já se pode avistar o seu casario colonial, suas montanhas e a Igreja de São Francisco de Paula, a igreja mais nova da cidade, e que teve a construção mais demorada. Começou a ser construída em 1804 e foi concluída em 1904. A imagem principal, São Francisco de Paula, toda em madeira jacarandá, é do Aleijadinho. Dos altares laterais, o mais interessante é o terceiro da esquerda (de quem está de frente para o altar-mor), que foi inaugurado por Dom Pedro II.

* Extraído de *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 set. 1980